

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ALUNOS NO CONTEXTO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL MANOEL BANDEIRA DE ALTA FLORESTA

SOCIAL REPRESENTATION OF STUDENTS IN THE SCHOOL CONTEXT OF THE ESCOLA ESTADUAL MANOEL BANDEIRA DE ALTA FLORESTA

Sidney da Silva CHAVES ¹

Recebido em 9 de março 2020; Aceito em 18 de maio 2020; Disponível *on line* em 22 de junho 2020

Resumo: Este artigo tem por objetivo mostrar a representação social dos alunos da Escola Estadual Manoel Bandeira localizada no Bairro Bom Jesus no Município de Alta Floresta, Mato Grosso. Foram analisados os dados socioeconômicos que contêm no Projeto Político Pedagógico - PPP biênio 2014-2016. As informações contidas nesse documento indicam que os alunos da escola provêm em sua maioria da classe social baixa, também, indica grau elevado de baixa escolaridade dos pais e/ou responsáveis. Diante desse cenário, a escola em questão tem procurado meios de desenvolver políticas concretas para atender a demanda educacional do meio onde está inserida. Entende-se que ao perceber a identidade de seus estudantes a escola encontra também a sua própria identidade. Dessa forma, pode-se construir um PPP e um Currículo que atendam às necessidades da comunidade escolar, principalmente, tornando o ambiente de estudo mais atraente. É preciso compreender que oferecer educação aos alunos das classes sociais de menor poder aquisitivo é desafiante, pois esses carregam, muitas vezes, um baixo autoestima devido a sua situação econômica. Cabe, então, à escola conhecer as representações sociais de seus alunos e trabalhar de forma que eles entendam a miscigenação cultural que trazem para o ambiente escolar. Assim, contribuirá para a sua função principal que é ensinar o conteúdo e formar cidadãos conscientes de si e transformadores do meio social onde vivem.

Palavras-chave: Representação social; Aluno; Escola.

Abstract: This articles aims to show the social representation of students of the Manoel Bandeira State School located in bairro Bom Jesus in the municipality of Alta Floresta, Mato Grosso. Socioeconomic data containing in the Pedagogical Political Project - two-year PPP 2014-2016 were analyzed. The information contained there indicates that school students come mostly from the low social class and also indicates a high level of low schooling of parents and/or guardians. Given this scenario, the school in question, the school has sought ways to develop concrete policies to meet the

¹ Graduado em Língua Portuguesa pela Faculdade Estadual de Campo Mourão- FECILCAM (Paraná-Brasil) e em História pela Universidade Estadual de Mato Grosso- UNEMAT. Possui Especialização em Língua Portuguesa pela UNEMAT- Universidade Estadual de Mato Grosso (Brasil) e em Metodologia e Didática do Ensino Superior pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Urubupungá (São Paulo - Brasil). cursou também Especialização em História de Mato Grosso pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. É professor efetivo da rede estadual de educação de Mato Grosso (Brasil). Leciona desde 1996 na UNIFLOR - União das Faculdade de Alta Floresta – MT (atualmente FAF - Faculdade de Alta Floresta e FADAF- Faculdade de Direito de Alta Floresta). Foi professor contratado pela UNEMAT - Universidade Estadual de Mato Grosso diversas vezes. Atualmente, é Mestrando em Educação. Atua no Departamento de Comunicação e na Ouvidoria da FAF/FADAF.

educational demand of the environment where it is inserted. It is understood that by identifying the identity of its students the school also finds its own identity. Thus, one can build a PPP and a Curriculum that meet the needs of the school community, mainly, making the study environment more attractive. It is necessary to understand that offering education to students in the lower social classes is challenging, because they often carry low self-esteem due to their economic situation. It is then up to the school to know the social representations of its students and work in such a way that they understand the cultural miscegenation they bring to the school environment. Thus, it will be contributing to its main function which is to teach content and train citizens aware of themselves and transforming the social environment where they live.

Keywords: Social representation; Student; School.

1 INTRODUÇÃO

A escolha da escola Estadual Manoel Bandeira para a realização deste trabalho deu-se pelo fato de que o autor deste artigo é lotado nessa instituição. Isso contribuiu para a realização desta pesquisa. Outro motivo relevante para a escolha deste espaço foi a razão de haver convivência com os alunos o que propiciou o conhecimento deste objeto de pesquisa. A maioria dos alunos é pauta das atividades e das discussões que envolvem o cotidiano da escola. Outro fator relevante é o Projeto Político Pedagógico- PPP 2014-2016 que aponta o perfil da comunidade escolar, principalmente, dos alunos. Como, na época, pôde-se participar tanto da elaboração e da tabulação do questionário socioeconômico que foi entregue aos pais e/ou responsáveis para a elaboração do PPP, isso proporcionou mais segurança para a dissertação deste tema.

O objetivo deste artigo é analisar o perfil dos alunos da escola Estadual Manoel Bandeira para que, a partir desse entendimento, mostrar que a gestão escolar, de qualquer instituição de ensino, deve refletir sobre sua prática pedagógica no sentido de traçar metas para elevar o nível de aprendizagem dos alunos e ao mesmo tempo respeitar a representação social que estes trazem consigo. Nesse contexto, é importante pensar que a escola precisa compreender que ela é um espaço onde as representações sociais se encontram, o que pode gerar conflitos na relação entre os discentes e entre os docentes.

A importância deste trabalho é justificada no sentido de que o estudo das representações sociais

no contexto escolar, no caso a Escola Estadual Manoel Bandeira, de Alta Floresta, MT, é primordial para a construção de um projeto pedagógico que atenda às necessidades dos alunos, dos professores, da equipe gestora e funcionários e de toda a comunidade, onde a escola está inserida. Silva (2013, p. 25) afirma que as representações sociais são indispensáveis à compreensão da dinâmica social. São informativas e explicativas quanto à natureza dos laços sociais intra e intergrupos, das relações dos indivíduos e seu entorno social. Compactuando com o autor, acrescentamos que uma instituição escolar só se consolida ao conhecer seus alunos, seus familiares, e toda a comunidade onde está inserida, tanto o espaço geográfico, histórico, social, cultural e outros que formam a identidade da instituição.

A Escola Estadual Manuel Bandeira surgiu no ano de 1987, devido à grande demanda populacional da comunidade. Foi criada através do decreto 175/87, Diário Oficial de 10/ 07/1987, está situada na Rua 06 de Agosto, nº 287, Bairro Bom Jesus – Setor Norte 1, Alta Floresta Mato Grosso, segue a estrutura administrativa do Serviço Público e, também, mantém o nível de Ensino Fundamental por Ciclos de Formação Humana.

O currículo é orientado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e pelas Orientações Curriculares de Mato Grosso, alinhadas nas orientações do Ciclo de Formação Humana, ou seja, no processo de formação humana do aluno, e nas Organizações Curriculares de Mato Grosso. A Escola Estadual Manoel Bandeira funciona em dois turnos: matutino e vespertino.

2 IDENTIDADE E SOCIEDADE

Os indivíduos, de um modo geral, por mais que não sejam muito proativos, aguerridos a uma causa amplamente difundida ou ocupem alguma oposição social de visibilidade, desempenham papéis personalíssimos na sociedade. Como exemplo, têm-se as atividades denominadas *prestação de serviços* que costumam ser invisibilizadas por grande parte da população, contudo, quando realmente se tornam invisíveis, ou seja, deixam de atuar em suas funções, todos percebem a representatividade funcional que cada um ocupava, e passam, inclusive, a militar em defesa dessa parcela da população.

Tais considerações servem de preâmbulo para a compressão do conceito de *identidade* e como essa identificação é importante para a composição da sociedade como um todo. O que se deve ter em mente é que todos os seres, racionais ou não, podem ser individualizados com base em suas características únicas, sejam estas físicas ou comportamentais. Pontua-se também a relevância do meio no qual os indivíduos estão inseridos para a construção dessa identidade. Nesse sentido, há de se considerar a situatividade natural dos seres, o ambiente e os interactantes que moldam de alguma forma, ainda que de modo efêmero, o comportamento dos demais.

Partindo dessa percepção, deve-se pensar, então, que ninguém pode ser considerado responsável pela construção de sua própria identidade, tendo em vista que cada sujeito se pauta em formações discursivas já existentes para montar, de algum modo, a sua própria imagem. Acerca disso, Pêcheux (1995) entende que as formações discursivas são elementos relacionados diretamente com as formações ideológicas, ou seja, os fundamentos do conceito de formação ideológica situam-se em uma formação social dada, sendo possível identificar um modo de produção específico que a domina e um estado de relações de classe que a compõe. As práticas sociais vigentes através dos aparelhos estatais são a forma concreta que essas relações de classe se expressam. Tais relações dão espaço a posições de classe específicas, que não constituem indivíduos, mas configuram formações que mantêm, entre si, relações de antagonismo, aliança ou dominação. (PÊCHEUX, 1995)

Dessa forma, não há como desassociar as ideias de formação discursiva e ideológica dos estudos de identidade. Ciampa (1987) assevera que a identidade deve ser encarada como algo que se metamorfoseia, ou seja, está sempre em constante transformação, sendo o resultado provisório da intersecção entre a história da pessoa, seu contexto histórico e social e seus projetos, como já citado. A identidade possui caráter dinâmico e seu movimento pressupõe a ideia da presença de uma personagem que, para Ciampa (1987), é a vivência pessoal de um papel previamente padronizado pela cultura externa, sendo fundamental na construção identitária, já que representa-se a identidade de alguém pela reificação da sua atividade em uma personagem que, por fim, acaba existindo independente da atividade. As diferentes maneiras de se estruturar as tais personagens resultam em diferentes maneiras de produção identitária. Assim, identidade pode ser considerada a articulação entre igualdade e diferença. Se há identificação é por que há igualdade, se há identidade é por que há a diferença.

Dubar (1997) postula que a identidade é como um resultado do processo de socialização, que compreende o cruzamento dos *processos relacionais*, ou seja, o sujeito é analisado pelo outro dentro dos sistemas de ação nos quais os sujeitos estão inseridos e *biográficos* que tratam da história, habilidades e projetos da pessoa. Para Dubar (1997), a identidade para si não se separa da identidade para o outro, pois a primeira é correlata à segunda, isto é, reconhece-se pelo olhar do outro. Essa ideia se coaduna aos conceitos de Pêcheux (1995) ao considerar que os discursos são uma mescla de experiências já vivenciadas que se ampliam com novas associações.

Em contrapartida, essa relação entre ambas também é percebida de modo problemático, pois não se pode viver diretamente a experiência do outro, sendo isso apenas consequência do processo de socialização. O autor afirma, ainda, que a “identidade nunca é dada, é sempre construída e a (re) construir, em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos durável” (DUBAR, 1997, p. 104). Essa afirmação o aproxima de Ciampa (1987), quando diz que a identidade se constrói na e pela atividade. De qualquer forma, a identificação utiliza categorias socialmente disponíveis, já que a identificação vem do outro, mas pode ser recusada para se criar outra. (DUBAR, 1997).

3 REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Os alunos das escolas públicas são formados por uma representação social adversa daqueles das escolas particulares. São afetados, em muitos casos, pelo descaso das políticas públicas do Estado, que os impedem de ser formados por um ensino de melhor qualidade que os tornem leitores e escritores proficientes de acordo com a faixa etária e série escolar. Marques; Pelicioni; Pereira (2007, p. 10) destacam:

Assim, a histórica falta de prioridade com o ensino público básico e a sua ausência nos planos diretores e propostas do Estado, até por não fazer parte das prioridades da própria sociedade, está refletida, por consequência, em prejuízos na concepção e implementação de políticas públicas eficientes que tragam verdadeiramente resultados substanciais à melhoria da qualidade da escola pública de ensino básico (MARQUES; PELICIONI; PEREIRA, 2007, p. 10).

É relevante destacar que, quanto mais afastada do centro fica uma escola e quanto mais pobre é o bairro, o desprezo do Estado, em relação às aplicações das políticas públicas, tende a se agravar.

Dialogando com Schefer (2015, p. 40), não somente lugares localizados às margens da cidade, mas o tom contemporâneo é *conferido pela presença/ausência de recursos*, como aponta a autora *fora do controle social*.

Essas escolas sofrem, independentemente do lugar onde se situam, com problemas de infraestrutura, seja na estrutura predial, quanto na pedagógica, principalmente na formação dos discentes até falta destes. Por isso, os alunos devem receber dessas instituições um tratamento especial que os motivem a permanecer nesse espaço e que se sintam agentes participativos e pertencem às transformações que a educação em todos os sentidos deve lhes proporcionar, acima de tudo, as habilidades de leitura e de escrita.

Nas escolas públicas, com evidência latente nas de bairro pobre, essa transformação só se dará se seus agentes principais como professores, coordenadores e diretores compreenderem que seu

papel essencial é formar cidadãos e que, para isso, é preciso conhecer a comunidade escolar: pais, responsáveis, alunos e, também, o contexto sociocultural do lugar onde está inserida. Brito, Arruda e Contreras (2015, p. 18) afirmam que escola tem o poder do Estado e, por isso, não pode se omitir diante de situações adversas. Eles defendem que independentemente da situação econômica todos os alunos devem ter condições de aprender e de se desenvolver. Compreender esses sujeitos e esse espaço é importante para constituir políticas educacionais que atendam à demanda da sociedade local e que construam um fazer pedagógico diferente de somente assegurar os discentes na escola e motivá-los a estudar. É preciso que o espaço escolar seja de formação cidadã, humana e transformadora da vida do aluno para que este seja protagonista de sua história e transforme a si e o seu meio social para melhor.

Nesse sentido, a representação social dos alunos ao ser compreendida pelos docentes pode contribuir para que estes repensem suas práticas e busquem alternativas que tendem a melhorar o nível de escolaridade dos estudantes. Essa compreensão também auxilia para a (re)configuração das metas e ações propostas pelo Projeto Político Pedagógico – PPP. Como a alunado de uma escola está sempre em transição, esta deve estar constantemente investigando o perfil de seus alunos, ou seja, sua representação social para refazer sua proposta pedagógica de forma que atenda não somente a evolução dos alunos que dela fazem parte como também dos novos integrantes. Assim, a instituição estará sempre evoluindo e acompanhando a transformação da sociedade. Sêga (2000, p. 32) afirma que:

[...] as representações sociais se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos sociais para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem. (SÊGA, 2000, p. 32)

Por isso, a escola deve ser vista e compreendida como sendo um lugar onde as representações sociais estão evidentes. Nela, o multiculturalismo se encontra, o que pode gerar

momentos de tensão e de conflitos. Assim, os professores precisam buscar alternativas para amenizar a dificuldade de aprendizagem dos alunos e buscar alternativas para envolver os pais e/ou responsáveis nesse processo.

A representação social dos alunos deve ser levada em consideração. Não a compreender é omitir-se de uma realidade sociocultural que está presente no cotidiano da escola como nos conflitos entre os alunos, entre alunos e professores, professores e alunos, professores e professores, equipe gestora e professores ou ao contrário, escola e pais e toda sociedade onde a escola se situa. Por isso, Jodelet (1993) afirma que:

[...] a representação social é sempre uma representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). As características do sujeito e do objeto terão uma incidência sobre o que ela é. A representação social está com seu objeto numa relação de “simbolização”, ela toma seu lugar e de “interpretação”, ela lhe confere significações. Estas significações resultam de uma atividade que faz da representação uma “construção” e uma “expressão do sujeito”. Esta atividade pode remeter seja aos processos cognitivos — o sujeito é então considerado de um ponto de vista epistêmico — seja aos mecanismos intrapsíquicos (projeções fantasmáticas, investimentos pulsionais, identitários, motivações etc.) —; o sujeito é então considerado de um ponto de vista psicológico. Mas a particularidade do estudo das representações sociais é a de integrar na análise desses processos o pertencimento e a participação sociais e culturais do sujeito (JODELET, 1993, p. 10 apud CARBONE; MENIN, p. 257).

Nesse entendimento, a escolar não pode ser uma “camisa de força” que deve seguir duras regras de ensino, tampouco de aprendizagem conteudista sem levar consideração o sujeito aluno e toda a sua história sociocultural. Moreira e Candau (2003, p. 160) corroboram ao definir que:

A escola é, sem dúvida, uma instituição cultural. Portanto, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois polos independentes, mas sim como universos entrelaçados, como uma teia tecida no cotidiano e

com fios e nós profundamente articulados (MOREIRA; CANDAU, 2003, p. 160).

A partir dessa compreensão, é que se deve construir uma proposta curricular que atenda ao multiculturalismo dentro do espaço escolar. Este currículo não deve ser utópico, deve sim considerar a realidade das representações na escola, oferecendo uma aprendizagem que mude de fato a realidade dos alunos e que os orientem à aprendizagem do conteúdo básico significativo para a sua transformação social. Alda Judith Alves-Mazzotti, coordenadora do PPGE da Universidade Estácio de Sá, RJ, contribui com seu artigo *Representações Sociais: Aspectos Teóricos e Aplicações*, quando cita:

Por suas relações com a linguagem, a ideologia e o imaginário social e, principalmente, por seu papel na orientação de condutas e das práticas sociais, as representações sociais constituem elementos essenciais à análise dos mecanismos que interferem na eficácia do processo educativo (MAZZOTTI, 2008, p. 18).

Entende-se, assim, que estudar as representações sociais presentes no contexto educacional é caminho interessante para se investigar a formação dos grupos sociais e cada aluno, compreendendo dessa maneira a realidade em que se dá o processo educacional. Diante desse conhecimento, a escola deve buscar junto com a comunidade escolar formas de melhor estruturar seu currículo para atender a necessidade de aprendizagem e de formação cidadã de seus alunos.

4 REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA ESCOLA ESTADUAL MANOEL BANDEIRA

A Escola Estadual Manoel Bandeira está situada numa região não muito afastada do centro da cidade de Alta Floresta, como já citado anteriormente. A instituição possui um perfil socioeconômico diferente das escolas do

centro urbano. As escolas de centro, mesmo sendo públicas, acolhem os alunos, em sua maioria, que moram no perfil urbano. Esses estudantes possuem, geralmente, melhor renda financeira, o que corrobora para se ter acesso a eventos culturais, livros, viagens dentre outros benefícios. Por outro lado, a periferia é mais carente quanto ao acesso à arte. Lacas, Lima e Hechert (2015 p. 60-61) mencionam que:

O discurso midiático e o grande número de pesquisas que se alinhavam com o campo social, em geral, afirmam, mesmo que criticamente, a falta de políticas dirigidas aos territórios periféricos, seja no campo da educação, da assistência social, da saúde, entre outros (LACAS; LIMA; HECHERT, 2015 p. 60-61).

Desse modo, a miséria não engendra apenas uma experiência de falta e de carência, mas também de produção que arranja outras formas materiais e imateriais de se sustentar e se reinventar. Por ter renda financeira baixa, o acesso a viagens é bem mais restrito. Quando os estudantes da periferia desfrutam de eventos culturais, normalmente, é por intermédio da escola, quando esta promove, ou faz excursão para visitá-los, como museus, lançamentos de livros, zoológicos dentre outros. No caso da Escola Estadual Manoel Bandeira, os índices econômicos são 45% das famílias ganham até 01 salário mínimo; 43%, de 01 a 03 salários e 12% recebem mais de três salários mínimos ao mês. A pesquisa mostrou também que 44% das famílias recebem algum auxílio de programas governamentais, como Bolsa Família ou BPC – Benefício da Previdência Continuada (ALTA FLORESTA, 2014-2016, p. 3).

Conforme Projeto Político Pedagógico (2014-2016, p. 3), a constituição familiar da Escola Estadual Manoel Bandeira dá-se da seguinte forma: 59% dos alunos moram com os pais (pai e mãe); 19,4% residem somente com a mãe; 2,8% moram somente com o pai; 14,4% com os avós e 4,5% moram com responsáveis. Outro dado interessante, revelado pelo documento, trata-se sobre o nível de

escolaridade dos pais ou responsáveis. Os números revelam que 38,5% possuem o Ensino Fundamental incompleto; 27,3% tem o Ensino Fundamental completo; 7,9% Ensino Fundamental completo; 15% Ensino Médio incompleto; 3,7% possui o Ensino Superior incompleto; 4,1% Ensino Superior Completo e 3,3% são analfabetos (ALTA FLORESTA, 2014-2016, p. 4). Esses índices revelam a representação social dos alunos e servem de subsídio para este estudo.

Pelo que se apresenta, conhecer o perfil dos alunos e de seus familiares, bem como suas histórias servem de apoio para que a escola construa um currículo voltado para atender esses alunos e, ainda, o meio onde ela está implantada. Quanto aos professores, ao obter essas informações, poderá criar estratégias para garantir a esses estudantes pelo menos o mínimo de aprendizagem de leitura e de escrita.

Quanto à Escola Estadual Manoel Bandeira, verifica-se pelos dados levantados conforme PPP (2014-2016), que nesse período a representação social dos alunos são de classe média/baixa. Essa descrição social conduz à reflexão de que a escola precisa realizar ações para envolver os docentes e toda a comunidade escolar para o incentivo à leitura e à produção textual. Há docentes que desenvolvem atividades em sala de aula no sentido de melhorar a proficiência de leitura dos alunos. Contudo, são ações isoladas e somente em determinados momentos do ano letivo, principalmente em datas especiais. Essas ações necessitam ser transformadas em projetos escolar e que sejam mais cotidianas.

Esses dados contribuem para mostrar que a escola não está imune ao mundo exterior, pelo contrário, ela é o lugar onde as diversas representações sociais se encontram. Por isso deve estar atenta aos fatores externos, pois são estes que formam o universo de representação sociocultural de seus alunos. Compreender esse universo exterior é entender função social deles dentro do espaço em que a instituição está inserida, inclusive no sentido de traçar ações pedagógicas para formar alunos proficientes em

leitura e escrita. Sawaya, (2013, p. 7) concebe, nesse contexto, que:

As suas práticas culturais, suas formas de ler o mundo, de se relacionar com a cultura e a escrita não podem ser compreendidas fora desse universo marcado pelas contradições sociais, pelos conflitos gerados pela imposição das formas instituídas de uma alfabetização baseada em um modelo elitista. Isto é, que exclui das formas de leitura, das práticas de escrita, práticas de leitura que ocorrem coletivamente, entre alfabetizados e não alfabetizados, e que situa o texto nas vivências cotidianas de seus leitores. Trata-se de contradições que se fazem presentes nas instituições educacionais e seus projetos formativos (SAWAYA, 2013, p. 7).

A escrita deve ser concebida na escola como ferramenta cultural, sendo marca de representação social assim como a leitura. Aquela pelo registro gráfico e esta pela forma de interpretação do significado dos signos. As formas de ler o mundo está condicionada às representações sociais dos alunos, por isso a escola deve buscar alternativas que desenvolvam o nível de produção escrita e de proficiência leitora dos discentes.

A Escola Estadual Manoel Bandeira tem sua representação no que refere à economia familiar, segundo Projeto Político Pedagógico (2014-2016), composta por:

45% das famílias ganham até 01 salário mínimo; 43%, de 01 a 03 salários e 12% recebem mais de três salários mínimos ao mês. A pesquisa mostrou também que 44% das famílias recebem algum auxílio de programas governamentais, como Bolsa Família ou BPC – Benefício da Previdência Continuada (ALTA FLORESTA, 2014-2016).

Esses dados revelam que há uma percentagem alta de alunos, ou seja, 45% que vivem em condição de pobreza, revelando o pouco investimento em cultura e leitura principalmente no contexto familiar. A escola e os professores, acima de tudo os de língua portuguesa, precisam desenvolver, dentro do espaço escolar seja na sala de aula, seja na biblioteca, no pátio ou, até mesmo, em outros

ambientes externos, atividades que envolvam leitura e escrita para cobrir o vácuo familiar.

Ao retratar que 44% das famílias recebem algum tipo de auxílio de programa governamental como, por exemplo, o Bolsa Família, levanta-se a hipótese de que a renda familiar não é suficiente para se sustentarem, denotando que vivem em condições de pobreza. Assim, Brito (2019) afirma que “A relação pobreza e escola estão intimamente relacionadas. As condições sociais interferem na aprendizagem escolar, e as desigualdades sociais se traduzem, de forma geral, em desigualdades escolares, e vice-versa” (BRITO; ARRUDAS; CONTRERAS, 2019, p. 1871).

Se a principal função da escola é desenvolver a proficiência de leitura e a habilidade de produção textual negar, a representação social dos alunos é não compreender o motivo de sua dificuldade, o que torna este processo penoso tanto para o aluno quanto para o próprio professor. Ao compreender a representação dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem, o professor conhecerá cada um pela sua história.

Dessa forma, a representação social está inserida no contexto escolar, porque é nesse espaço que as diversidades se encontram. A escola é uma miscigenação de sujeitos e cada qual tem sua história. Negar a formação cultural de um sujeito é não o visualizar na sociedade. Assim, por esse motivo, cabe à escola desenvolver mecanismos pedagógicos que valorizem as representações sociais e ao mesmo tempo contribua para a formação de seus alunos no sentido de formar cidadãos para que possam refletir criticamente sobre si e sobre sua realidade social e ser um agente transformador do meio onde vive e que respeite as divergências representativas dos outros indivíduos bem como das outras culturas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

terão mais gosto de ensinar e aqueles de aprender.

A partir da análise realizada, é possível afirmar que permanece como desafio o desenvolvimento de um conceito de identidade e de representação social que considere os aspectos apresentados pelos diferentes autores que têm investido em seu estudo. Dessa forma, neste artigo buscou-se mostrar um retrato da Representação Social da Escola Estadual Manoel Bandeira, levando em consideração os dados contidos no Projeto Político Pedagógico – PPP do biênio 2014-2016. Contudo, para o Biênio 2017-2018, a escola ainda não refez este levantamento e ainda não finalizou o PPP. Isso aconteceu devido às mudanças constantes nas Políticas Públicas Educacionais desenvolvidas pelo Estado e uma delas afetou a formação continuada dos professores, pois, além de mudar constantemente a nomenclatura como de Sala do Educador, no até 2015, para Plano de Ensino e Intervenção Pedagógica – PEIP, 2016 e Pró- Escola, Formação na Escola – PEFE em 2017, alterou seus objetivos. Essas modificações constantes afetam a organização no interior da escola, uma vez que cada mudança requer estudo das normativas que as regem. Isso tem atrasado a construção do novo Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Manoel Bandeira.

Enfim, independentemente dos contratemplos que assolam as escolas no dia a dia, é necessário todo empenho da Equipe Gestora e dos professores para que esses dados sejam levantados, porque os rumos das instituições escolares dependem deles, já que, afinal, as representações sociais estão nas escolas. Não existe indivíduo sem as marcas de sua representação, porque esta é a sua história de vida, sua cultura e sua forma de ser. Ao pesquisar sobre a história de seus alunos e interpretá-la, a escola estará construindo a sua própria identidade, o que contribui para desenvolver um Projeto Político Pedagógico e um Currículo específico que os alunos e os professores se identifiquem. Dessa forma, estes

REFERÊNCIAS

ALTA FLORESTA. **Projeto Político Pedagógico** - PPP E.E Manoel Bandeira, Alta Floresta, MT, 2014-2016.

BRITO, Maria Helena de Paula; ARRUDA, Neivaely, Aparecida de Oliveira de; CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. **Escola, pobreza e aprendizagem**: reflexões sobre a educabilidade. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21930_10055.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.

CARBONE, Renata Aparecida; MENIN, Maria Suzana de Stéfano. Injustiça na escola: representações sociais de alunos do Ensino Fundamental e Médio. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 251-270, maio/ago. 2004.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

DUBAR, Claude. **Para uma teoria sociológica da identidade**: em a socialização. Porto: Porto Editora, 1997.

LACAZ, Alexandra Esperanza; LIMA, Silvana Mendes; HECKERT, Ana Lúcia Coelho. Juventudes periféricas: arte e resistências no contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

MARQUES, Elias P; PELICIONI, Maria C F; PEREIRA, Isabel M. T. B. Educação pública: falta de prioridade do poder público ou desinteresse da sociedade? **Revista Brasileira Crescimento desenvolvimento Humano**, v. 17, n. 3, São Paulo, dez. 2007.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação** (online), maio/jun/jul/ago, n. 23, 2003.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação **Revista Múltiplas Leituras**, v 1, n. 1, 2008. pp. 18-43. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Traduzido por Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani, 2. ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995, p. 162.

SAWAYA, Sandra Maria. Nutrição e pobreza: desnutrição e práticas pré-escolares de leitura e escrita. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 78, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

SÊGA, Rafael Augustus. **O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici**. Porto Alegre, n. 13, jul. 2000.